

**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE
CARVALHAL BENFEITO**



DEMONSTRAÇÕES DE RELATO FINANCEIRO SNC - ESNL

ANEXO

RELATO FINANCEIRO DO ANO ECONÓMICO DE 2025

31-12-2025



NOTAS

1 - IDENTIFICAÇÃO

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NSRA MERCÊS CARVALHAL BENFEITO é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, Tipo Centro Paroquial, com o NIF - 504 933 264 e o NISS - 200102803349, com sede na Rua D. Gastão, N° 2 R/C - 2500 - 404 Carvalhal Benfeito, freguesia de Carvalhal Benfeito concelho de Caldas da Rainha, Portugal, tendo sido constituída em 01-01-2002. A sua atividade principal é Atividades de Apoio Social para pessoas Idosas sem alojamento (CAE- 88101). O C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS opera em freguesia de Carvalhal Benfeito.

O C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS é uma Instituição independente não sendo participada por qualquer sociedade mãe e não participa no capital de outras entidades.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o CENTRO PAROQUIAL opera, logo a moeda funcional.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção. Sendo opinião da Direção que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações do CENTRO PAROQUIAL, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa. Vão também ser apresentadas, para elaboração de parecer ao Conselho Fiscal do Centro Paroquial.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial contabilístico

As políticas e as estimativas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados, nos termos do SNC-ESNL.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Imparidade de Ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.



A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende:

- O seu preço de compra;
- Quaisquer custos, diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida;
- Sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método (... indicar método: método da linha reta, o método do saldo decrescente; o método das unidades de produção; outro) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um ativo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.



Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato nenhuma imparidade em ativos fixos tangíveis.

Instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- Ao custo menos perda por imparidade;
- Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo menos perda por imparidade

Os ativos e passivos financeiros ao custo menos perda por imparidade incluem: clientes, outras contas a receber, empréstimos concedidos, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos obtidos. São também mensurados ao custo menos perda por imparidade os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo custo menos perda por imparidade são mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica aumentos / reduções de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros e sua reversão

Os ativos financeiros mensurados pelo custo menos perda por imparidade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato.

Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objetivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser



revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) ou de outras imparidades (perdas / reversões) no período em que são determinadas. "

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato nenhuma imparidade em ativos financeiros.

Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, no termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato nenhuma imparidade em outras contas a receber.

Inventários

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo histórico e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda. A técnica de mensuração do custo de Inventários é ao custo.



Quando o valor realizável líquido foi mais baixo que o valor de custo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, estes encontram-se registados na rubrica perdas de imparidade de inventários (perdas/ reversões).

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo histórico.

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato nenhuma imparidade em inventários.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando:

- São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para o CENTRO PAROQUIAL;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.



As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

O CENTRO PAROQUIAL não fez no período do relato vendas de bens

Prestação de serviços

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

- A quantia de rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa/Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

No CENTRO PAROQUIAL As prestações de serviços incluem: Mensalidades, quotizações e serviços secundários.

Juros, royalties e dividendos

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando:

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada. O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases:
 - Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo;
 - Os royalties são reconhecidos num regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;
 - Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Entidade (enquanto acionista) de receber o pagamento, exceto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

O CENTRO PAROQUIAL no período do relato apenas reconheceu juros de ativos correntes (Depósitos Bancários), pois não tem royalties nem dividendos.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.



Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Quando o subsídio consiste na transferência de um ativo não monetário (por exemplo terrenos ou outros recursos para uso da entidade), procede-se à avaliação do ativo não monetário e contabiliza-se quer o subsídio quer o ativo não monetário por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio são registados por uma quantia nominal.

Custos com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

Passivos contingentes e ativos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos provenientes de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

Os passivos contingentes são definidos como:

- Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade;



- Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

O CENTRO PAROQUIAL no período do relato apenas reconheceu juros de ativos, pois não tem royalties nem dividendos.

Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis: a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de amortização;
- Imparidade de dívidas a receber;
- Justo valor dos instrumentos financeiros.



4 - FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica A caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Caixa e seus equivalentes - quantias escrituradas e movimentos do exercício	31-12-2025				31-12-2024			
	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	1.425	94.280	93.020	2.685	1.318	120.747	120.640	1.425
Depósitos à ordem	40.190	664.360	630.099	74.451	65.791	613.325	638.926	40.190
Outros depósitos bancários	36.034			36.034	36.034			36.034
Total de caixa e depósitos bancários	77.649	758.640	723.119	113.169	103.143	734.072	759.566	77.649
dos quais: depósitos bancários no exterior								-

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 existiram recebimentos e pagamentos conforme detalhado na demonstração de fluxos de caixa.

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



Ativos fixos tangíveis	31-12-2025										
	Bens do domínio público	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial			140.250	75.398	165.052	7.987		2.362			391.049
Depreciações acumuladas iniciais			140.250	50.308	117.603	7.987		2.362		n.a.	318.510
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	140.250	50.308	117.603	7.987	-	2.236	-		318.510
Quantia líquida escriturada inicial	-	-	0	25.090	47.449	0	-	-	-	-	72.539
Movimentos do período	-	-		(4.941)	(9.498)		-	1.630	-	-	(12.809)
Total das adições	-	-					-	1.956	-	-	1.956
Aquisições em 1ª mão								1.956			1.956
Outras											
Total das diminuições	-	-		4.941	9.498		-	326	-	-	14.765
Depreciações				4.941	9.498			326		n.a.	14.765
Abates										n.a.	
Outras (Transferências para edifícios)											
Quantia líquida escriturada final	-	-	0	20.149	37.951	0	-	1.630	-	-	59.730
Quantia bruta escriturada final	-	-	140.250	75.398	165.052	7.987	-	4.318	-	-	393.005
Depreciações acumuladas finais	-	-	140.250	55.249	127.101	7.987	-	2.688	-	-	333.275
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas finais	-	-	140.250	55.249	127.101	7.987	-	2.688	-	-	333.275



Ativos fixos tangíveis	31-12-2024										
	Bens do domínio público	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial			140.250	75.398	125.703	7.987		2.362			351.700
Depreciações acumuladas iniciais			140.250	45.367	108.105	7.987		2.362		n.a.	304.071
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	140.250	45.367	108.105	7.987	-	2.236	-		304.071
Quantia líquida escriturada inicial	-	-	0	30.031	17.598	0	-	-		-	47.629
Movimentos do período	-	-		(4.941)	29.851		-	-		-	24.910
Total das adições	-	-			39.349		-	-		-	39.349
Aquisições em 1ª mão					39.349						39.349
Outras											
Total das diminuições	-	-		4.941	9.498		-	-		-	14.439
Depreciações				4.941	9.498			-		n.a.	14.439
Abates										n.a.	
Outras (Transferências para edifícios)											
Quantia líquida escriturada final	-	-	0	25.090	47.449	0	-	0		-	72.539
Quantia bruta escriturada final	-	-	140.250	75.398	165.052	7.987	-	2.362		-	391.049
Depreciações acumuladas finais	-	-	140.250	50.308	117.603	7.987	-	2.362		-	318.510
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas finais	-	-	140.250	50.308	117.630	7.987	-	2.362		-	318.510



No ano do relato não foi adquirido qualquer ativo fixo.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Vida Útil	Anos
Bens de domínio público	
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5 e 10
Equipamento administrativo	5 e 6
Equipamentos biológicos	
Outros ativos fixos tangíveis	8

Dentro de alguns itens existem mais de que uma taxa de depreciação, feito com base na tabela geral de depreciações e da vida útil estimada.

As depreciações do exercício, no montante de 14 764,68 Euros em 31 de Dezembro de 2025, foram reconhecidas em resultados, na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização. O seu valor é inferior ao do ano anterior devido ao fim de depreciação de alguns ativos.

Não foram reconhecidas Imparidades em Ativos Fixos Tangíveis.

O Valor Correspondente a Ativos Financeiros diz respeito ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) sendo de 685.35€ em 2025 e 2024 de 2 641,01 euros em virtude de se ter pedido um reembolso do valor para pagamento da cadeira para o refeitório dos funcionários. O restante valor pode ser aplicado até ao final de 2026 em formação dos trabalhadores ou aquisição de equipamentos de uso para os mesmos.

6 - INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024, os inventários têm a seguinte composição.



Inventários	31-12-2025			31-12-2024		
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Valor bruto	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	1.469	-	1.469	1.622	-	1.622
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-
Ativos biológicos	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de compras	-	-	-	-	-	-
	1.469	-	1.469	1.622	-	1.622
Com titularidade restringida:	-	-	-	-	-	-

A variação dos inventários no período do relato, foi inferior ao do ano anterior, mas encontra-se dentro dos valores considerados normais. Não há perdas por imparidade no período do relato nem em anos anteriores.

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas é assim decomposto:



Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	31-12-2025					31-12-2024				
	Mercadorias	Mat. Primas e subsidiárias	Ativos biológicos	Materiais de consumo	Total	Mercadorias	Mat. Primas e subsidiárias	Ativos biológicos	Materiais de consumo	Total
Inventários iniciais		1.622			1.622		1.361			1.361
Compras		60.676			60.676		65.190			65.190
Reclassificação e regularização de inventários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências para propriedades de investimento					-					-
...					-					-
...					-					-
Inventários finais		1.469			1.469		1.622			1.622
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	60.620	-		60.620	-	64.930	-		64.930

No ano do relato de referir uma diminuição do consumo de mercadorias em relação ao ano anterior, principalmente devido a alguns ajustes nos fornecedores dos mesmos.

7 - CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica créditos a receber decompõe-se da seguinte forma:



Créditos a receber	31-12-2025			31-12-2024		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Cientes, conta corrente						
Gerais			-			-
Utentes	1.316		1.316	512		512
Cientes - títulos a receber						
Gerais			-			-
Utentes			-			-
			-			-
Outros			-			-
---			-			-
	1.316	-	1.316	512	-	512

No final do período de relato a conta clientes/ utentes reflete na sua maior parte a dívida de alguns utentes, referentes ao mês de Dezembro que só foram pagos em Janeiro seguinte, com um valor superior ao do ano anterior.

8 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

	Estado e outros entes públicos	31-12-2025	31-12-2024
Ativo			
Outros impostos			
Passivo			
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas			
Retenção de imposto sobre o rendimento		521	955
Imposto sobre o valor acrescentado			
Contribuições para a Segurança Social		6.614	11.571
Tributos das autarquias locais			
Outros (FCT)			
		7.135	12.526

Durante o período de relato a rubrica estado e outros entes públicos reflete os passivos respeitantes à retenção do imposto sobre o rendimento, categoria A e B e contribuições para a Segurança Social respeitantes ao mês de Dezembro de 2025, a pagar em Janeiro de 2026.



9 - OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica outros ativos correntes decompõe-se da seguinte forma:

Outros ativos correntes	31-12-2025			31-12-2024		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Pessoal						
Devedores por acréscimos de rendimentos	5.875		5.875	4.873		4.873
Créditos fornecedores				97		
Outros Credores						
...			-			-
...			-			-
			-			-
	5.875	-	5.875	4.970	-	4.873

Em 2025 o valor é referente ao valor a receber do protocolo. No ano de 2024 valor referente ao protocolo da junta de freguesia, restituição de impostos e crédito de fornecedor.

10 - DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

Diferimentos	31-12-2025	31-12-2024
Diferimentos - Ativo		
Gastos a reconhecer	2.723	3.402
	2.723	3.402
Diferimentos - Passivo		
Rendimentos diferidos	4.853	
	4.853	



No período do relato e anterior a rubrica no ativo reconhece pagamento de gastos respeitantes a seguros e outras despesas a reconhecer no ano económico de 2026, e no passivo, ao recebimento de uma verba do IEFP de um estágio cujo gasto vai ocorrer em 2026.

11 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2025	31-12-2024
Depósitos à ordem	74.450	40.191
Outros depósitos bancários	36.033	36.033
Numerário	2.685	1.425
....		
	113.169	77.649

No ano do relato, verificou-se um aumento neste item, com um maior recebimento de utentes por melhoria da atividade, apesar dos maiores pagamentos ao pessoal e fornecedores. Reflete também a diminuição dos pagamentos de ativos e diminuição dos subsídios ao investimento. Para maior detalhe ver mapa de Fluxos de caixa.

12 - IMPARIDADE DE ATIVOS

O CENTRO PAROQUIAL no ano do relato e outros anteriores não reconheceu imparidades em ativos.

13 - FUNDOS PATRIMONIAIS

Os fundos do C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS são compostos por:

Fundos, Reservas e Resultados Transitados	31-12-2025	31-12-2024
Fundo Social	15 000,00€	15 000,00€
Resultados Transitados	19 694,95€	24 419,63€
Outras Variações (Subsídios)	41 738,14€	42 361,32€



No ano do relato a variação na rubrica fundos patrimoniais reflete:

- Resultados transitados - incorporação do resultado ano económico anterior;
- Outras variações patrimoniais (subsídios) - reflete os subsídios recebidos da Junta de Freguesia e do Município das Caldas da Rainha em 2018 para viatura, e de novos subsídios da junta de freguesia e do município para viatura usada e equipamentos em 2022, e um subsídio ISS para aquisição de Viatura Elétrica, também em 2022 e, em 2023 subsídios do município e da junta de freguesia referente aos equipamentos adquiridos em 2023. No ano de 2024 foram também recebidos subsídios do município e junta de freguesia para viaturas e equipamentos. Em 2025 foi recebido um reforço do subsídio do ISS para a viatura electrica.

14 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO RELACIONAOS COM ATIVOS

O C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS beneficiou de subsídios ao investimento no decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

Os subsídios reconhecidos são:

- Da Junta de freguesia para aquisição de viatura no valor de 1 500.00€ no ano de 2018;
- Da Câmara das Caldas para aquisição de viatura no valor de 15 252.00€ no ano de 2018;
- Subsídio da Câmara Municipal de Caldas da Rainha para aquisição de viatura usada em 2022 no valor de 2 187.50€;
- Subsídio da Câmara Municipal de Caldas da Rainha para aquisição de equipamentos em 2022 no valor de 2 274.58€;
- Subsídio da Junta de Freguesia para aquisição de equipamentos em 2022 no valor de 1 000.00€;
- Subsídio do ISS para aquisição de Viatura Elétrica em 2022 no valor de 17 500.00€, com um reforço em 2025 de 7 500,00€;
- Subsídio da Camara Municipal das Caldas da Rainha para a aquisição do forno convetor em 2023, no valor de 1 784.89€;
- Subsídio da Junta de Freguesia para a aquisição do forno convetor em 2023, no valor de 1 000.00€;
- Subsídio da Junta de Freguesia para aquisição Equipamentos da cozinha em 2023, no valor de 1 350.00€;
- Subsídio da Junta de freguesia para a viatura eléctrica em 2024 no valor de 2 000.00€;
- Subsídio do município para viatura eléctrica em 2024 no valor de 10 761.77€;
- Subsídio do município para equipamentos cozinha em 2024 no valor de 3 371.74€.



15 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:

Financiamentos obtidos	31-12-2025		31-12-2024	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos obrigacionistas:				
Empréstimos bancários:	0		0	
	0	-	0	-
Descobertos bancários				
	-	-	-	-
Loações financeiras				
Outros empréstimos obtidos:				
	-	-	-	-
	0	-	0	-

No ano do relato e no ano anterior não foram contraídos quaisquer empréstimos.

16 - FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2025	31-12-2024
Fornecedores c/c		
Gerais	7.134	15.402
Outras partes relacionadas		
Fornecedores - títulos a pagar		
Gerais		
Outras partes relacionadas		
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		
Outros		
	7.134	15.402



No ano do económico do relato a rubrica fornecedores, registou um valor inferior ao dos anos anteriores, sendo respeitantes a custos suportados/contabilizados referentes a alguns de Novembro e Dezembro de 2025 e que vão ser regularizados no ano económico de 2026.

17 - OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica outras contas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

Outros passivos correntes	31-12-2025	31-12-2024
Utentes		
Pessoal		6.316
Fornecedores de investimentos		
Financiamentos obtidos - participantes de capital		
Financiamentos obtidos - subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Credores por acréscimos de gastos	58.269	52.007
Adiantamentos por conta de vendas		
Outros devedores e credores	18	8
	58.287	58.351

O Item, Outros Passivos correntes teve um valor similar ao do de 2024. Subida de credores por acréscimo de gastos, respeitantes a férias e subsídios de férias descida. Em 2025 os salários de Dezembro de 2025 foram todos pagos, o que não tinha acontecido em 2024.

18 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica as vendas e prestações de serviços são assim decompostas:



Rédito das vendas e dos serviços prestados			31-12-2025	31-12-2024
Vendas	Mercado Interno		
Prestações de Serviços	Quotizações Mercado Interno	Quotas dos Utilizadores - Mensalidades Utentes	202.890	185.118
		Serviços Secundários	20.997	13.257
			
Contratos de construção			223.887	198.374
Total			223.887	198.374

O C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS não faz vendas, apenas faz prestações de serviços aos seus utentes os valores referidos no quadro anterior são divididos pelas suas valências do seguinte modo:

	2025	2024
CENTRO DE DIA	65 084,06€	59 216,45€
APOIO DOMICILIÁRIO	158 803,11€	139 157,84€

No ano económico do relato verificou-se uma subida desta rubrica, devido ao aumento do número médio dos utentes no Apoio Domiciliário e no Centro de Dia, bem como do valor das mensalidades.

19 - SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

O C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS beneficiou dos seguintes subsídios à exploração no decorrer dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024:



Subsídios, doações e legados à exploração		31-12-2025	31-12-2024
Do Estado e outros entes públicos			
	Centro Regional Segurança Social	178.379	176.814
	Autarquias -	6.742	2.183
	Instituto do Emprego e Formação Profissional	11.548	7.412
	Protocolo Junta de Freguesia	56.736	61.605
	Outras		
De outras entidades			
Doações e heranças		7.800	6.063
Legados			
	Total	261.205	254.077

Os valores apresentados no quadro anterior foram subdivididos pelas diversas valências do seguinte modo:

	2025	2024
CENTRO DE DIA	29 419,05€	27 484,95€
APOIO DOMICILIÁRIO	175 049,60€	164 987,62€
PROTOCOLO JUNTA FREGUESIA	56 736,48€	61 604,84€

O C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS tem protocolos com o Instituto de Segurança Social para os serviços de apoio social que presta aos seus utentes, sendo:

- Apoio domiciliário - 35 utentes;
- O Centro de dia - 12 utentes.
- O subsídio do IEPF refere-se a estágios profissionais.

O item referente a autarquias refere-se a uma comparticipação para despesas e com o subsídio anual atribuído pela Câmara Municipal das Caldas da Rainha à entidade e também da Junta de Freguesia.

O item referente ao Protocolo Junta de Freguesia teve um valor inferior ao ano anterior.

20 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica fornecimentos e serviços externos são assim decompostos:



Fornecimentos e serviços externos		31-12-2025	31-12-2024
Subcontratos			
Serviços especializados			
	Trabalhos especializados	2.310	1.157
	Publicidade e propaganda	35	
	Vigilância e segurança	1.027	1.015
	Honorários	4.844	3.850
	Conservação e reparação	9.995	8.475
	Outros		
Materiais			
	Ferramentas e utensílios de desg. rápido	3.653	2.568
	Livros e documentação técnica		
	Material de escritório	2.070	1.746
	Artigos para oferta	35	131
	Encargos com saúde dos utentes	12	106
	Outros	13.193	15.413
Energia e fluidos			
	Eletricidade	6.422	8.433
	Combustíveis	9.887	8.797
	Água	2.177	2.058
	Gás	3.163	4.287
	Outros		
Deslocações, estadas e transportes			
	Deslocações e estadas	186	188
	Outros		
Serviços diversos			
	Comunicação	1.993	3.419
	Seguros	4.741	4.662
	Contencioso e notariado	62	566
	Limpeza, higiene e conforto	4.547	5.891
	Outros serviços	84	14
		70.438	72.776

No período do relato no item fornecimentos e serviços externos, verificou-se uma descida do valor total dos gastos, no entanto verificou-se algumas subidas e descidas de alguns elementos.

21 - GASTOS COM O PESSOAL

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:



Gastos com o pessoal		31-12-2025	31-12-2024
Remunerações dos órgãos sociais			
	Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal		278.156	271.274
	Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego		-	-
Indemnizações			
Encargos sobre remunerações		59.825	59.434
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais		6.044	6.028
Gastos de ação social			
Outros gastos com pessoal		391	454
	Dos quais:		
	Indemnização despedimento		
	Gastos com formação		454
	Saúde e Segurança no trabalho	454	
	Gastos com fardamento		
	Outros		
		344.416	337.190

A composição e remunerações dos Órgãos Diretivos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 foram as seguintes:

Remunerações dos Órgãos Diretivos	31-12-2025	31-12-2024
Composição dos órgãos diretivos		
Direção / 5 membros	0	0
Conselho Fiscal / 3 membros	0	0
...		

Os órgãos diretivos do CENTRO PAROQUIAL não são remunerados, pelos seus serviços.

O número médio de pessoas que colaboraram com o C. SOC. PAROQUIAL MERCÊS no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2023 foram de:

- Trabalhadores remunerados - 23 em 2024 e, de 23 no ano de 2025;
- Órgãos Diretivos, não remunerados - 8 em 2024 e 2025.

Verificou-se um aumento do valor deste item, em função do aumento do valor do aumento do salário mínimo e respetivas repercussões nas outras carreiras.



22 - OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica outros rendimentos são assim decompostos

Outros rendimentos	31-12-2025	31-12-2024
Rendimentos suplementares		
Royalties		
Serviços Sociais		
Outros rendimentos suplementares	19.824	26.379
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		
Diferenças de câmbio favoráveis		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Rendas e outros rendimentos de propriedades de investimento		
Sinistros		
Alienações		
Rendimentos de juros (não relacionados com financiamentos)		
Excesso de estimativa para impostos		
Imputação de subsídios para investimentos	7.373	6.623
Ganhos em outros instrumentos financeiros		
Restituição de impostos	1.989	2.085
Outros		
Correções exercícios Anteriores	1.384	36
Donativos		
Outros não especificados	2.646	1.881
Total	33.216	37.004

No ano do relato existiu uma diminuição deste item, sendo que a mais acentuada nos rendimentos suplementares, relacionado com atividades de angariações de fundos, foi superior nos subsídios ao investimento e menores em restituição de impostos relacionado com as aquisições de equipamentos e respetivos subsídios. A rubrica “Outros não especificados” (Consignação IRS) foi superior e a Rubrica “Donativos” passou a ser considerado em “Doações e Heranças” (Nota: 19).

23 - OUTROS GASTOS



Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica outros gastos são assim decompostos:

Outros gastos		31-12-2025	31-12-2024
Impostos/ taxas		955	970
Descontos de pronto pagamento concedidos			
Dívidas incobráveis			
Perdas em inventários			
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros			
	Cobertura de prejuízos		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros			
	Gastos em propriedades de investimento		
Gastos de juros (não relacionados com financiamentos)			
Diferenças de câmbio desfavoráveis			
Correções relativas a períodos anteriores		414	3.741
Donativos			
Quotizações		145	130
Ofertas e amostras de inventários			
Insuficiência da estimativa para impostos			
Perdas em instrumentos financeiros			
Subsídios, donativos, bolsas de estudo			
Prestações a associados das mutualidades			
Capitais vencidos - associados das modalidades			
Prestações dos regimes profissionais complementares			
Rendas vitalícias - associados das mutualidades			
Prestações pecuniárias de cuidados de saúde			
	Outros	477	5
		1.991	4.846

Em 2024 e 2025 a rubrica de correções aos exercícios anteriores diz respeito à correção de imputação de subsídios de férias seguros e outros, tendo sido inferior em 2025.

24 - GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIACÕES E DE AMORTIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica gastos/reversões de depreciação e de amortização são assim decompostos:



Gastos/reversões de depreciação e de amortização		31-12-2025	31-12-2024
Ativos fixos tangíveis			
	Bens de domínio público		
	Terrenos e recursos naturais		
	Edifícios e outras construções		
	Equipamento básico	4.941	4.941
	Equipamento de transporte	9.498	9.498
	Equipamento administrativo		
	Equipamentos biológicos		
	Outros ativos fixos tangíveis	326	
		14.765	14.439
Ativos intangíveis			
	Gerados Internamente		
	Com vida útil indefinida		
	Com vida útil finita		
	Outros ativos fixos intangíveis		
	Com vida útil indefinida		
	Com vida útil finita		
		-	-
Ativos Biológicos	...		
		-	-
Propriedades de Investimento	...		
		-	-
Total		14.735	14.439

Em 2024 esta rubrica tinha subido pela depreciação dos bens adquiridos em 2023, nomeadamente o forno convetor e outros equipamentos da cozinha (Hote e câmara frigorífica) em 2024 pela aquisição da viatura elétrica. Em 2025 teve uma pequena subida pelo início da depreciação das cadeiras para o refeitório adquiridas.

25 - JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

No ano do relato não foram obtidos juros e rendimentos similares.

26 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de Dezembro de 2024 os juros e gastos similares suportados são assim decompostos:



Juros e gastos similares suportados	31-12-2025	31-12-2024
Juros suportados		
Empréstimos obrigacionistas:		
Financiamentos bancários	0	0
Descobertos bancários		
Locações financeiras		
Outros financiamentos		
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos		
Perdas de participações de capital		
Perdas em instrumentos de cobertura associados a financiamentos		
Outros gastos de financiamento:		
Relativos a financiamentos obtidos		
Comissões e encargos similares		
Imposto do selo		
Outros financiamentos		
	0	0

No ano de relato e no anterior não houve empréstimos e por isso gastos de juros foi nulo.

27 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No ano do relato o C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS reconheceu os itens de instrumentos financeiros pelo seu valor escriturado. Não tendo ativos financeiros mensurados a justo valor, nem utilizou a técnica de avaliação.

No período também não reconheceu nenhuma imparidade ou reversão de imparidade, também não reconheceu qualquer provisão ou passivos contingentes em ativos financeiros.

28 - RESULTADOS

A informação sobre as principais operações do C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS, por atividade económica resume-se como segue:

RESULTADOS DO PERIODO POR ATIVIDADES/ VALÊNCIAS
31/12/2025

VALÊNCIAS	AP	AP	CENTRO	CENTRO	PROTOCOLO	PROTOCOLO	TOTAL	TOTAL	DIF
	DOMICIL	DOMICIL	DIA	DIA	2025	2024	2025	2024	2025/2024
	2025	2024	2025	2024					
Vendas e prestações de serviços	158803,11	139157,84	65084,06	59216,45			223887,17	198374,29	25512,88
Subsídios, doações e legados à exploração	175049,60	164987,62	29419,05	27484,95	56736,48	61604,84	261205,13	254077,41	7127,72
ISS IP Centros Distritais	152245,65	152203,67	26132,95	24610,37			178378,60	176814,04	1564,56
Autarquias	5783,15	1528,15	958,28	655,00			6741,43	2183,15	4558,28
Outros Públicos	10161,29	6567,63	1386,94	845,00	56736,48	61604,84	68284,71	69017,47	-732,76
Doações e heranças	6859,51	4688,17	940,88	1374,58			7800,39	6062,75	1737,64
Variação dos inventários da produção									
Trabalhos para a própria entidade									
Custo mercad vend. das mat. consumidas	38599,22	40043,14	9824,21	9524,21	12404,97	15362,16	60828,40	64929,51	-4101,11
Fornecimentos e serviços externos	55063,52	57008,60	13952,35	13852,35	1421,82	1915,13	70437,69	72776,08	-2338,39
Gastos com pessoal	240120,48	225503,91	61386,28	67358,31	42909,69	44327,55	344416,45	337189,77	7226,68
Provisões (aumentos/reduções)									
Provisões específicas (aumentos/reduções)									
Outros rendimentos e ganhos	27312,58	30643,31	5903,62	6360,72			33216,20	37004,03	-3787,83
Outros gastos e perdas	1513,46	4020,71	477,63	825,48			1991,09	4846,19	-2855,10
Resultado antes de Depreciações Gastos									
Financiamento e Impostos	25868,61	8212,41	14766,26	1501,77	0,00	0,00	40634,87	9714,18	30920,69
Gastos/reversões depreciação e amortização	10004,87	9799,86	4759,81	4639,00			14764,68	14438,86	325,82
Resultado Operacional (antes de Gastos de									
Financiamento e Impostos)	15863,74	-1587,45	10006,45	-3137,23	0,00	0,00	25870,19	-4724,68	30594,87
Juros e rendimentos similares obtidos									
Juros e rendimentos similares suportados							0,00	0,00	0,00
Resultado antes de Impostos	15863,74	-1587,45	10006,45	-3137,23	0,00	0,00	25870,19	-4724,68	30594,87
Imposto sobre rendimento do período									
Resultado Líquido do Período	15863,74	-1587,45	10006,45	-3137,23	0,00	0,00	25870,19	-4724,68	30594,87



O resultado final em 2025 foi de 25 870,19€ positivos e em 2024 foi de 4 724,68€ negativos, refletindo uma melhoria do resultado em 30 594,87€.

No ano de 2025, continuou a verificar-se uma melhoria da atividade da instituição, com mais utentes e alguma racionalização de custos. A nível de gastos de pessoal apesar do aumento totais dos custos, este não foi tão alto devido à existência de várias baixas ao longo do ano com algumas funcionárias.

A nível de rendimentos verificou-se um aumento de 25512€ em mensalidade, de 7128€ em subsídios, mas, verificou-se uma descida de 3788€ em outros rendimentos.

A nível dos custos, os gastos com pessoal e depreciações foram superiores a 2024, respetivamente 7227€ e 325€ e os gastos com FSE, CMVMC e Outros Gastos foram inferiores a 2024, respetivamente 2338€, 4101€ e 2855€.

Em 2025 verificou-se assim:

- Aumento da receita: 28 852,77;
- Diminuição da despesa: 2 067,92€
- A nível de disponibilidades monetárias (Caixa e equivalentes), verificou-se um aumento de 35 51,97€ tendo passado para 113 169,08€ em 2025, tendo sido de 77 649,11€ em 2024, tendo-se verificado um valor de +/- 10 000€ em relação ao valor que tinha descido em 2024.

29 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMA LEGAL

O C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Informação sobre os movimentos nos fundos patrimoniais do C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS ver NOTA 13 e 14.



30 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

CC

Presidente da Direção
